



# TCE EM PAUTA

ANO XVIII - Nº 93

NATAL/RN

AGOSTO E SETEMBRO DE 2013

FALE, CRITIQUE E PARTICIPE. OUVIDORIA DO TCE: 0800-281-1985



# SUSPENSA

# LICITAÇÃO DA URBANA

MEDIDA CAUTELAR SOLICITADA PELO AUDITOR CLÁUDIO EMERENCIANO COM APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS TEVE COMO META A PREVENÇÃO DE POSSÍVEL DANO AO ERÁRIO

PÁGINA 3



BLITZ REALIZADA PELOS SETORES  
MÉDICOS E DE SAÚDE  
ORIENTA SOBRE OS MALES  
CAUSADOS PELO DIABETES

PÁGINA 7

**TETO REMUNERATÓRIO**

O governo do Rio Grande do Norte encaminhou à Assembleia Legislativa Projeto de Emenda à Constituição do Estado que prevê a fixação do teto remuneratório para todos os agentes públicos no âmbito de qualquer dos Poderes do Estado, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública. O valor é o subsídio percebido pelo Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, não se aplicando tal limite aos subsídios dos Deputados Estaduais.

**EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

Caso seja aprovada, o artigo da Constituição passa a ter o seguinte texto: “A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da Administração Direta e Indireta, observado o disposto no § 9º do art. 37 da Constituição Federal, dos membros de qualquer dos Poderes do Estado, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da Defensoria Pública, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitados a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste inciso aos subsídios dos Deputados Estaduais”.

**TETO ÚNICO**

A decisão do governo Rosalba Ciarlini partiu de recomendação do TCE/RN, que determinou como parâmetro a ser utilizado como limite máximo da remuneração dos servidores públicos estaduais o subsídio de Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, que corresponde a R\$ 25.323,50, ou seja, 90,25% da remuneração do Ministro do STF. A decisão tem validade até que o chefe do Poder Executivo passe a perceber sob a forma do art. 39, § 4º da Constituição Federal ou exerça a faculdade prevista no art. 37, § 12 da Carta Republicana.

**A AÇÃO**

O Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal, Luciano Silva Costa Ramos, formulou representação com pedido cautelar, pela constatação de que servidores do Poder Executivo Estadual percebem remuneração superior ao limite estabelecido no art. 37, inciso XI da Constituição Federal, sem incidência do abate-teto.

**ACESSO À INFORMAÇÃO**

O vice-presidente do TCE, conselheiro Carlos Thompson Costa Fernandes, palestrou, na quarta-feira (04/09), para uma plateia especialíssima sobre os principais pontos da Lei de Acesso à Informação. A iniciativa promovida pelo Movimento Articulado de Combate à Corrupção, na edição da Série de Colóquios sobre a Corrupção, reuniu, no auditório da UFRN, docentes, servidores públicos, alunos e interessados no tema.

**PREVIDÊNCIA**

O conselheiro Carlos Thompson Fernandes também foi palestrante no Congresso Nacional de Direito Previdenciário, realizado no final do mês de agosto em Natal, quando falou sobre a Competência dos TCEs e o Regime Próprio.

**O PREVFEDERAÇÃO**

Novo fundo de pensão que o governo criará com o objetivo de complementar a aposentadoria dos servidores públicos estaduais e municipais que recebem salários acima do teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) está em fase final de implantação e deverá ser anunciado nas próximas semanas. A informação foi transmitida pelo secretário de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, Jaime Mariz, durante a palestra de abertura do Congresso Nacional de Direito Previdenciário, realizado em Natal (RN), na sexta-feira (30/08).

**OLHO VIVO**

O TCU e o TCE estão firmes na parceria para fiscalização dos recursos públicos. Um termo aditivo foi assinado, no último dia 26 de agosto, pelo presidente, conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, e pelo secretário do Tribunal de Contas da União no RN, Cleber da Silva Menezes. A parceria vai centrar o foco nas áreas de educação e saúde, sem abrir mão do acompanhamento das obras da Arena das Dunas, em Natal.



O presidente do TCE, Paulo Roberto Alves, e o secretário do TCU no RN, Cléber Menezes, firmam convênio de parceria mútua

**TCE EM PAUTA****COMPOSIÇÃO DO TCE****CONSELHEIROS****Presidente**

Paulo Roberto Chaves Alves

**Vice-Presidente**

Carlos Thompson da Costa Fernandes

**Presidente da 1ª Câmara**

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

**Presidente da 2ª Câmara**

Tarcísio Costa

**Corregedoria Geral**

Renato da Costa Dias

**Conselheiro**

Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

**Conselheiro**

Antônio Gilberto de Oliveira Jales

**Auditor**

Cláudio José Freire Emerenciano

**Auditor**

Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro

**Secretário de Administração Geral**

Laércio Segundo de Oliveira

**Secretário de Controle Externo**

Jailson Tavares Pereira

**Consultor Jurídico**

Fernando de Araújo Jales da Costa

**Chefe de Gabinete da Presidência**

Jaime Mariz Neto

**MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE****Procurador-Geral**

Luciano Silva Costa Ramos

**Procuradores**

Carlos Roberto Galvão Barros

Luciana Ribeiro Campos

Othon Moreno de Medeiros Alves

Ricart César Coelho dos Santos

Thiago Martins Guterres

**EXPEDIENTE****Assessor de Comunicação Social**

João Batista Machado

**Editor**

Eugênio Parcelle

**Repórteres**

Andréia Moraes

Graciêma Maria Carneiro

Rosaliê Arruda

**Apoio**

Fátima Moraes

Hellays Silva

Miguel Medeiros

**Revisão**

João Maria de Lima

**Fotos**

Jorge Filho

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Terceirize - (84) 3211-5075

**Impressão**

Solução Gráfica

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Av. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis - Natal/RN - CEP. 59.012-360

Telefone/Fax: (84) 3642-7278

Site: www.tce.rn.gov.br | E-mail: tce-ccs@rn.gov.br



**ANÁLISE**

# PRIMEIRA CÂMARA DO TCE RATIFICA SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Em decisão acatada pela Primeira Câmara do Tribunal de Contas, na sessão de quinta-feira, continua suspensa a licitação 001/2013 instalada pela Companhia de Serviços Urbanos de Natal (Urbana) para execução de serviços pertinentes ao sistema de limpeza, orçada em R\$ 369.401.938,20, em decorrência de supostas irregularidades apontadas pelos técnicos da Inspeção de Controle Externo – ICE, entre as quais a suspeita de superfaturamento e prática de sobrepreços. A sessão foi marcada pela apresentação do relatório com voto pelo auditor Cláudio Emerenciano e pela defesa oral por representantes da Prefeitura e da Urbana.

Marcada para o último dia 23, a licitação foi suspensa na véspera pelo auditor, em decisão monocrática, tendo como base impropriedades apresentadas pela Inspeção de Controle Externo e Diretoria da Administração Indireta, tais como: proibição de participação de empresas reunidas em consórcio; omissão parcial do edital quanto à necessidade de documentação de empresas estrangeiras; exigência de licença ambiental e outras. No entanto, o maior agravante foi, sobretudo, os valores considerados excessivos da taxa de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), o que ocasionaria um sobrepreço de R\$ 11.634.593,61, em relação ao orçamento básico de R\$ 334.902.033,00, percentual acima dos valores praticados pelo mercado e que poderia provocar grave lesão ao patrimônio público. De acordo com a ICE, foram definidos os BDIs dos Lotes 1 (41,67%), 2 (38,90%) e 3 (40,49%), sem explicitação do valor relativo ao lote 4.

Na sessão, o auditor apresentou um histórico do processo e as distorções suscitadas. Em seguida, o procurador do Ministério Público de Contas, Carlos Roberto Galvão Barros, enfatizou a



**O auditor Cláudio Emerenciano relatou o voto determinando a suspensão da licitação, sob o olhar atento dos representantes da Prefeitura e da Urbana**

quantidade de irregularidades observadas, lembrando que, em editais passados, houve a orientação do MP para a retificação dos problemas, o que não foi efetuado. Diante do precedente, sugeri que fosse realizada uma tomada de contas especial, o que dirimiria todas as dúvidas relacionadas ao processo.

O espaço foi aberto para sustentação oral do processo licitatório por parte do advogado da Urbana, Leonardo Lopes Pereira, e o procurador do município, Carlos Castim, que apresentaram as justificativas dos valores da licitação, levando em conta as peculiaridades da cidade. No entanto, não conseguiram sanar os questionamentos levantados pelos conselheiros do TCE

e Ministério Público de Contas.

O voto sugerido pelo auditor foi pela ratificação da decisão cautelar no sentido de suspender a Licitação em razão das impropriedades preliminarmente apontadas, até a decisão do mérito, quando serão analisados todos os aspectos relacionados ao procedimento licitatório em questão, em cognição exauriente e observado o devido processo legal. Na sessão subsequente, no dia 12/09, acatando pedido do Ministério Público junto ao TCE, a Primeira Câmara determinou a instauração do procedimento de Tomada de Contas Especial em todos os contratos emergenciais realizados pela Urbana no período entre 2006 e 2010, a ser rea-

lizada num prazo de noventa dias pela Controladoria-Geral do município, com posterior remessa do resultado da apuração ao Tribunal de Contas.

O auditor Cláudio Emerenciano lembrou que serão averiguadas a legalidade, economicidade e legitimidade de todos os processos e que a Diretoria de Administração Indireta-DAI realizará a fiscalização dos contratos celebrados pela Urbana no exercício de 2013, além de aprofundar a fiscalização dos exercícios de 2011 e 2012. O voto foi acatado pela unanimidade, com ressalva de que seja transformada num novo processo, de forma a não prejudicar o andamento do processo que resultou no pedido de suspensão da licitação.

## CONTROLE INTERNO

# COMISSÕES FARÃO O ACOMPANHAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA

A Presidência do Tribunal de Contas criou duas novas comissões que irão garantir qualidade e eficiência ao julgamento de processos, além de facilitar a prestação de contas por parte dos jurisdicionados. A Comissão de Contabilidade irá analisar e propor medidas de implementação das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. As instituições têm até o fim de 2014 para instituir a nova ordem contábil. A segunda Comissão é a de Jurisprudência que terá caráter permanente. O objetivo é uniformizar as decisões tomadas pela Corte de Contas, facilitando o dia a dia do jurisdicionado e de quem advoga perante o Tribunal.

A Comissão de Controle Interno que já existia foi renovada. A comissão irá dar suporte à análise de processos e auxílio à gestão da Corte de Contas. “A nova equipe pretende dar continuidade ao trabalho que já vinha sendo realizado a fim de aprimorar e ampliar o con-



**Presidente Paulo Roberto Alves pede empenho dos servidores no trabalho das comissões**

trole interno. Temos que realizar um acompanhamento mais efetivo da administração do TCE, auxiliando o gestor na tomada de decisões e informando sobre a necessidade de correção dos rumos. O controle Interno do TCE servirá de modelo para os jurisdicionados”, disse o Presidente da Comissão, Ricardo Villaga.

O presidente Paulo Roberto Alves

se reuniu com técnicos das áreas envolvidas para pedir empenho nos trabalhos e destacar a importância dos resultados obtidos pelas comissões para a manutenção da eficiência do Tribunal. No próximo dia 20 de setembro, o TCE receberá a visita de membros da Atricon – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas - que irão avaliar a gestão da Corte de Contas.

## EDUCAÇÃO

## MPJTCE E PREFEITURA DE NATAL

### ASSINAM TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO

O Ministério Público de Contas e o município de Natal assinaram Termo de Ajustamento de Gestão com o objetivo de ajustar e assegurar os recursos destinados à área de educação. O objetivo é diminuir os gastos com pessoal e aumentar os recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino na capital.

Em 2011 e 2012, os 25% dos recursos financeiros previstos consti-

tucionalmente, não foram repassados integralmente à Secretaria Municipal de Educação. De acordo com relatório apresentado pelo Tribunal de Contas, a alternância de poder vivenciada pelo município de Natal ao final de 2012, gerou uma série de dificuldades na transição da gestão.

O último quadrimestre de 2012 apontou um percentual de 54,56% da

receita corrente líquida com gastos com pessoal, o que implica descumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal. Foram ainda identificados erros no lançamento das despesas com pessoal e irregularidades na folha de pagamento. Além disso, a expressiva renúncia de receitas por parte do município de Natal impactou diretamente a arrecadação.

## MOVIMENTO

## CONFELEGIS

### DEFENDE CARREIRA EXCLUSIVA PARA O CONTROLE EXTERNO

O presidente da Confelegis - Confederação dos Servidores do Poder Legislativo e Tribunais de Contas, Antônio Carlos Fernandes e o vice-presidente, Marcelo Henrique Pereira ministraram palestra aos servidores do Tribunal de Contas enfocando as ações desenvolvidas pela Confederação e a FENASTC – Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil. A Confelegis foi criada em 2010 e defende os interesses dos servidores da Corte de Contas.

Marcelo Pereira destacou a posição atuante do Sindicatos nas lutas nacionais da categoria. A Confelegis defende a imediata aprovação do Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores do TCE. “A primeira etapa já foi concluída com a equalização dos interesses dos servidores da casa. Agora se inicia a segunda etapa que é a implementação do Plano”, disse Marcelo. A Confederação acompanha a reestruturação dos Planos de Cargos dos servidores em todo o país, e defende a criação de uma carreira exclusiva de Estado para quem atua no controle externo.



**Representantes da Confelegis defendem aprovação do Plano de Cargos e Vencimentos**



## CONTROLE

# OUVIDORIA REGISTRA 1.500 ATENDIMENTOS DESDE A SUA CRIAÇÃO

CRIADA HÁ CINCO ANOS, A OUVIDORIA DE CONTAS REGISTRA UM PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ACENTUADO, O QUE ESTÁ ASSOCIADO AO AUMENTO DO CONHECIMENTO SOBRE O SETOR POR PARTE DA POPULAÇÃO. PARA A COORDENADORA DA OUVIDORIA DO TCE, ZÊNIA MARIA CHAVES LOPES DE ALCÂNTARA, OS RESULTADOS SÃO VISÍVEIS, MAS AINDA HÁ MUITO A CRESCER. VEJA A ENTREVISTA:



Zênia Chaves Alcântara, à frente da Ouvidoria de Contas

## Ao longo desse tempo, faça uma avaliação do trabalho realizado pela Ouvidoria.

A Ouvidoria foi criada em 2008 e para nós foi um nascimento mesmo. Primeiro foi criada uma estrutura, participamos de encontros e eventos dos Tribunais de Contas, tudo isso num processo de aprendizado crescente, tentando resolver os problemas, mostrando ao cidadão que existe este canal de relacionamento entre o município e o Tribunal de Contas. É um trabalho que vem evoluindo. Os dois primeiros anos foram direcionados para a criação da Ouvidoria, depois veio o processo de formação do seu corpo técnico e agora é o trabalho de divulgação para mostrar cada vez mais às pessoas que existe este canal e ele está à disposição.

## Quantos atendimentos foram realizados até hoje?

Até o momento foram realizados em torno de 1.500 atendimentos, contabilizando os que nos preparamos para responder, porque existem os atendimentos que não registramos, por não ser de nossa competência.

## Que tipo de denúncias ou solicitações são mais realizadas, de acordo com os atendimentos feitos?

As demandas mais frequentes são relacionadas ao mau uso do dinheiro público e a processos licitatórios. A maioria vem dos municípios do interior do Estado.

## A população, a seu ver, está mais consciente?

Está mais consciente, sim, mas é preciso ressaltar que é um trabalho que está ainda muito no começo, a Ouvidoria ainda é uma palavra nova, precisa de muita divulgação, de bater na tecla, de estender a mão e dizer “olhe, você tem aquele ponto”. Mas, aos poucos, estamos avançando, conscientes de que temos muito ainda a crescer.

## A Ouvidoria também ficou responsável pelo atendimento no caso da Lei de Transparência e Lei de Acesso à Informação. Como este serviço será feito?

A Ouvidoria não está responsável por isso, nós fazemos parte de uma comissão que está trabalhando os pontos que devem ser adequados no Tribunal. A Lei de Acesso à Informação está mais fácil de ser trabalhada, pois já é de conhecimento do cidadão comum, qualquer pessoa que procure a Ouvidoria já está acobertada por esta Lei, não precisa informar que está vindo com base nela. Já a de transparência é um trabalho mais detalhado, tem que se debruçar mesmo para cumprir o que a Lei exige, que é muito minuciosa, pontual, mas estamos nos dedicando e acredito que vai ficar bem interessante.

## Como as pessoas podem solicitar informações?

Existem vários canais, pode ser pelo 0800, pelo site, por email, de forma presencial, todos estão acessíveis ao

cidadão, embora o mais procurado e que nos deixa confortáveis seja pelo site, porque fica registrado da mesma forma que foi requisitado, como o cidadão quer ser atendido, embora a Ouvidoria faça o trabalho de lapidação da forma como o pedido chega, às vezes encaminhado grosseiramente, e como retorna ao cidadão, sem o caráter técnico que vem do setor que prestou a informação. Ressalte-se que jamais vamos mudar a resposta nem o sentido das questões, respeitamos ambas as partes.

## Que tipo de informações são consideradas sigilosas?

O sigilo também é algo novo. A Lei diz que o sigilo é exceção, e a comissão está trabalhando isso. Desde 2008 a Ouvidoria garante o sigilo do cidadão com receio de que seu nome seja divulgado. Deixamos quem denuncia muito seguro: a demanda vai para o setor, mas o nome da fonte fica preservado na Ouvidoria.

## Quais perspectivas vislumbra para o futuro?

São perspectivas sem fim. É um trabalho que tem que ser executado a cada dia, e que precisa ser divulgado mais e mais, dando acesso ao cidadão a esse serviço. É um trabalho muito humano, a gente se entusiasma muito, apesar de sentirmos alguma resistência por parte de alguns técnicos, trata-se de um trabalho crescente inclusive para os setores. É um trabalho de cidadania, faz parte da democracia.

É um trabalho de cidadania, faz parte da democracia"

ZÊNIA CHAVES

## O QUE É OUVIDORIA?

Como a própria palavra induz, o termo ouvidoria provém do verbo “ouvir”. No sentido geral, sua função é ouvir críticas. Nos Tribunais de Contas, ela ouve o cidadão em suas dúvidas, sugestões ou reclamações contra os entes públicos no que tange a atos lesivos, que contrariam o interesse geral, principalmente, ao uso inadequado dos recursos públicos.

### O acesso à Ouvidoria pode ser feito:

- Pessoalmente, na sede do TCE, na av. Getúlio Vargas Nº 690, Petrópolis, Natal - RN, CEP: 59012-360;
- Por Telefone, ligação gratuita, através do número 08002811935.
- Através do site <http://www.tce.rn.gov.br> ou E-mail: [tce-ouvidoria@rn.gov.br](mailto:tce-ouvidoria@rn.gov.br)



O conselheiro Renato Costa Dias foi o relator das Contas do Governo relativas a 2012

## ORÇAMENTO

# TCE APROVA CONTAS DO GOVERNO RELATIVAS A 2012, COM RESSALVAS

O Tribunal de Contas do Estado em sessão presidida pelo conselheiro Paulo Roberto Alves aprovou, com ressalvas, as contas do governo Rosalba Ciarlini relativas ao exercício de 2012. O relatório foi apresentado pelo conselheiro Renato Dias, na sessão extraordinária desta quarta-feira pela manhã. Participou da sessão, representando à Governadora, o controlador geral do Estado, Anselmo Carvalho.

No relatório, o conselheiro destacou que o Plano Plurianual apresenta inconsistências quanto aos valores dos

programas e o Relatório de Avaliação, acrescentando que no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF) constam informações incompletas ou incorretas, dificultando o planejamento e acompanhamento das respectivas metas pelo próprio Governo do Estado e pela fiscalização do Tribunal de Contas.

Entre os pontos analisados no relatório, destaque para o eixo de saúde pública. Apesar do cumprimento das exigências constitucionais e legais relativas à área, foi constatado o baixo nível de investimentos realizados, com

aplicação de recursos da ordem de R\$ 17.762.735,70, valor praticamente igual ao aplicado no exercício financeiro de 2010 (R\$ 17.386.528,39), patamar inferior àqueles relativos a despesas menos prioritárias.

Entre as recomendações efetuadas, elaborar o orçamento anual com observância aos critérios e padrões que compatibilizem a despesa fixada e a receita prevista, além da readequação da despesa com pessoal aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O parecer será encaminhado para a Assembleia Legislati-

va, onde ocorrerá o julgamento final.

A comissão responsável pela análise das contas do Governo foi composta pelos servidores Carlos Eugênio Pereira de Oliveira (Presidente), Renato Duarte Melo, Katia Regina dos Santos Nobre, Marise Magaly Queiroz Rocha, Severiano Duarte Júnior, Janaina Danielly Cavalcante Silva Bulhões e Márcio Roberto Loyola Machado.

Para visualizar o relatório final e o parecer prévio acesse [http://www.tce.rn.gov.br/2009/noticias/noticia\\_popup.asp?id=2376](http://www.tce.rn.gov.br/2009/noticias/noticia_popup.asp?id=2376)



## SAÚDE

# DIABETES: PREVENÇÃO E CONTROLE

Orientar os servidores do TCE sobre os males causados pelo diabetes assim como promover o controle dos pacientes diagnosticados com a doença. Estes são os objetivos da “Blitz pela Saúde”, composta de palestras, realização de exame glicêmico, distribuição de fôlderes educativos e afixação de cartazes em todos os andares do Tribunal de Contas. A ação é promovida pelo Setor Médico, em parceria com a Assessoria de Comunicação.

A campanha foi iniciada com palestra da endocrinologista Lúcia Helena, que abordou os diversos aspectos da diabetes e tirou dúvidas da plateia. “Os indicadores que temos são de vinte anos atrás e a estimativa é que a doença atinja em torno de 7 a 10% da população, mas achamos que hoje supera esse percentual”, relatou, lembrando que fatores como o sedentarismo, a alimentação inadequada e a consequente obesidade, que hoje atinge 51% da população, de acordo com pesquisa recente do Ministério da Saúde, vêm provocando o aumento da doença.

A Blitz consta ainda de realização de exame glicêmico, realizado pelas enfermeiras do Setor Médico, distribuição de fôlderes com informações sobre a doença e como fazer o cálculo do IMC – Índice de Massa Corporal – que aponta se a pessoa está com peso normal, sobrepeso ou obeso, um dos fatores de riscos, e produção de cartazes, fazendo um contraponto entre problemas na visão, nos rins e no coração, entre outros, com o diabetes.



Dra. Lúcia Helena, endocrinologista do TCE, explica aos servidores como controlar o diabetes

## DIABETES - SEU CORPO FALA

Diabetes Mellitus é uma doença de causa múltipla. Ocorre quando há falta de insulina ou quando ela não atua de forma eficaz, causando um aumento da taxa de glicose no sangue (Hiperglicemia). A insulina é produzida pelo pâncreas e é essencial para que nosso corpo funcione bem e possa utilizar glicose (açúcar) como principal fonte de energia.

### Tipos mais frequentes

#### Tipo1 - DIABETES MELLITUS INSULINODEPENDENTE

Geralmente ocorre em crianças, jovens e adultos jovens e necessita de insulina para o seu controle.

#### Tipo 2 - DIABETES MELLITUS NÃO INSULINODEPENDENTE

É o tipo mais frequente de Diabetes, aparece geralmente após os 40 anos de idade.

#### DIABETES GESTACIONAL

É o tipo que aparece na gravidez, sobretudo se a mulher tem mais de 30 anos, tem parentes próximos com Diabetes, já teve filhos pesando mais de 4 Kg ao nascer, já teve abortos ou natimortos, é obesa ou aumentou muito de peso durante a gestação.

### Como se manifesta

- Sobretudo no Diabetes tipo I e no tipo II descontrolado. Causa muita fome (Polifagia);
- No Diabetes tipo I ou tipo II descontrolado: perda de peso;
- No Diabetes tipo II: ganho de peso, Urina muito (Poliúria), urina doce, desânimo, fraqueza, cansaço físico;
- Estes sintomas são os mais frequentes e não aparecem isolados. No Diabetes tipo I, eles surgem de maneira rápida; já no Diabetes tipo II, eles podem estar ausentes ou aparecem de forma lenta e gradual:

\* Muita sede (Polidipsia)

\* Lesões de difícil cicatrização principalmente nas pernas ou nos pés

\* Infecções frequentes (pele, urina e dos órgãos genitais)

\* Alterações visuais

### Sinais de alerta

Muitas pessoas têm diabetes e não sabem porque não apresentam nenhum sintoma. Isso é bastante frequente no tipo de diabetes que aparece no adulto (tipo II).

- Tem parentes (pais, irmãos, tios, etc) com diabetes;
- Tem excesso de peso (especialmente do tipo abdominal);
- Tem vida sedentária (não faz atividade física);
- Tem mais de 40 anos e ainda;
- Faz tratamento para pressão alta e tem colesterol e triglicerídios elevados;
- Uso de medicamentos diabetogênicos (corticoides, anticoncepcionais, etc.); e
- Mulheres que tiveram filhos pesando mais de 4kg, ou abortos e/ou natimortos.

#### Dia mundial e nacional do diabetes (14/11)

[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=23617](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=23617)

Ministério da Saúde







# Paixão pelo tênis

Texto de Humberto de Aragão Mendes Neto  
Titular da Diretoria de Assuntos Municipais

O tênis é uma paixão de família. Comecei a praticar o esporte ainda criança, aos 10 anos de idade. O gosto pelas quadras herdei do meu pai, Eider Nogueira Mendes, coronel do Exército e um jogador incansável. O amor pelo esporte fez com que em 1975 meu pai fundasse a Federação Potiguar de Tênis. Tive a oportunidade de disputar diversas partidas com ele. Hoje pratico tênis com amigos e com meu filho, que também se chama Eider em homenagem ao avô. O Tênis sempre foi o meu esporte preferido e esse gosto eu passei para o meu filho.

Na juventude jogava diariamente, hoje pratico tênis três vezes por semana. O esporte sempre foi uma atividade obrigatória na minha vida. Se paro de me exercitar meu corpo e mente sentem falta. Costumo viajar para assistir

competições de tênis. Alio o prazer pelo esporte ao prazer de conhecer novos lugares. Já fui a algumas edições da Copa Davis no Brasil, e tive a oportunidade de prestigiar competições internacionais como o Masters 1000 de Miami; Roland Garros em Paris; o Masters 1000 de Roma e o Masters 1000 de Madri. Mas um dos grandes momentos, sem dúvida, foi assistir ao Brasil Open de Tênis em 2001, torneio em que Guga Kuerten sagrou-se campeão.

O Aero clube é a casa do tenista em Natal. Nós somos muito bem acolhidos. Seja profissional ou amador. Jovem ou não tão jovem assim. Nas quadras do Aero fiz amigos, me exercito e curto meu hobby. Quando me perguntam, quando pretendo parar, eu respondo: Nunca. Ou melhor, espero jogar até a saúde deixar.